

# Para uma gramática argumentativa da frase: os casos de *O* e *UM*

## *For an argumentative grammar of the sentence: the cases of THE and A/AN*

Alfredo Lescano  
ENFA – Université de Toulouse



**RESUMO:** Neste trabalho, o autor faz uma análise semântico-argumentativa e polifônica de “o” e “um”, partindo da hipótese de que é possível analisar semanticamente esses artigos sem considerar as noções de verdade e de referência.

**Palavras-chave:** “o” e “um”; Semântica Argumentativa; polifonia.

**ABSTRACT:** In this study the author develops a semantic-argumentative and polyphonic analysis of “the” and “a/an” from the hypothesis that it is possible to semantically analyze these articles without considering the notions of truth and reference.

**Key words:** “the” and “a/an”; argumentative semantics; polyphony.

### Introdução

Neste trabalho propomo-nos mostrar que uma semântica argumentativa e polifônica de *O* e *UM* é possível. Conseqüentemente, não faremos intervir em nossas análises a noção de descrição definida, nem as ideias de existência ou de unicidade, nem nenhum outro conceito **avançado** para descrever o papel do artigo e que atribua importância à noção de verdade ou à de referência. Trabalharemos com a hipótese geral de que se pode fazer uma semântica dos artigos sem olhar a denotação do GN ou do enunciado.

Mas como *O* e *UM* podem trazer ao sentido do enunciado alguma coisa que não tenha a ver com a noção de verdade ou de referência? Aceitemos para começar que o sentido de muitos enunciados comporta uma predicação. Um modo de conceber essa predicação é, simplificando, caracterizá-la como a relação entre uma propriedade denotada pelo grupo verbal e um objeto denotado pelo grupo sujeito. A ideia de “descrição definida” de Russell (1905) e a de “leitura atributiva” proposta por Donnellan (1966) contestam essa concepção: às vezes o grupo sujeito é tão predicativo quanto o grupo verbal mas, de acordo com estes, a predicação continua sendo tema de propriedades e de objetos. Aceitaremos que o grupo sujeito pode intervir tanto quanto o grupo verbal na construção do predicado, mas, como Carel (1998), diremos que esse predicado é

de natureza argumentativa. Nossa hipótese será que *O* e *UM* dão dois tipos de instruções que interagem para determinar o papel do GN na predicação expressa pelo enunciado. Trata-se, de um lado, de instruções relativas à “importância” do GN para a construção da predicação, e de outro lado, de restrições sobre a atribuição da predicação aos “seres discursivos”<sup>1</sup> postos em cena no enunciado.

Uma noção crucial será, portanto, a de “importância para a predicação”. Na sequência das observações de Russell e Donnellan, Carel (1998; 2005) analisou a importância dos sintagmas na construção da predicação, mostrando que um enunciado pode construir seu predicado de pelo menos três modos diferentes:

- (a) Pedro fugiu do perigo.
- (b) Esse tema de prova não é discriminatório.
- (c) Esse homem virtuoso me será caro.

No enunciado (a) o grupo verbal (GV) tem mais peso do que o grupo sujeito (GS), o predicado sendo construído por *fugiu do perigo*. Esse tipo de predicação é, evidentemente, favorável às abordagens que põem

<sup>1</sup> Tomamos esse termo de Nölke (2001, p. 17) para designar as entidades capazes de serem assimiladas a um enunciador: L, SE (“on”), TU, etc. no quadro da teoria da polifonia de Ducrot. Para um desenvolvimento mais aprofundado da natureza dos enunciadores, cf. Lescano (2009).

em paralelo a função sintática (GS vs GV) e a função semântica. Não é esse o caso de (b) e (c).

De fato, (b) apresenta um outro caso de figura: O GV está aí para “negar” o GS. Como um tema de prova deve ser discriminatório, se ele não o é, torna-se um *mau tema de prova*. Esse GV teria aqui uma função semelhante à de *pouco* em, por exemplo, *Pedro comeu pouco*, isto é, aquela que Ducrot (1995, 2002) chama de função de “modificador desrealizante inversor”. O predicado expresso por (b) – *ser mau tema de prova* – tem, portanto, como núcleo o GS, o GV sendo apenas um modificador desse núcleo. Vejamos o terceiro caso.

O locutor de (c) afirma que a virtude do homem em questão merece sua estima. Os dois grupos sintáticos estão aqui no mesmo nível semântico: seria possível parafrasear o enunciado por *esse homem é virtuoso, portanto me será caro*, em que o GS e o GV são interdependentes, portanto, ambos indispensáveis. O predicado de (c) é construído ao mesmo tempo pelo GS e pelo GV, graças a uma conexão argumentativa.

A sintaxe não nos diz, portanto, qual é a estrutura predicativa de uma frase construída por grupo sujeito – grupo verbal. Nessa perspectiva, uma pergunta que nos fazemos é se, num enunciado, a importância de um elemento da frase na predicação é resgatável de modo sistemático, isto é, se é possível prever se um certo elemento tem determinado papel na predicação. O presente trabalho contribui para responder (parcialmente) a essa pergunta: a nosso ver O e UM são marcas do papel do GN na predicação (de momento “importante” ou “não importante” para a predicação). É o que chamamos de “efeito argumentativo” do artigo e do que nos ocuparemos na primeira parte deste trabalho.

Essa ideia de efeito argumentativo se revelará, no entanto, insuficiente: o artigo parece dar também outras instruções interpretativas que não a de “importante” ou “não importante para a predicação”. Essas instruções dizem respeito ao aspecto polifônico do sentido, mais particularmente, elas determinam a assimilação ou não do locutor aos enunciadores das predicações expressas. Na segunda seção se verá que essas instruções polifônicas impõem restrições sobre os efeitos argumentativos do artigo.

Nosso objetivo é, portanto, duplo: de um ponto de vista descritivo, trata-se de caracterizar positivamente os efeitos que O e UM produzem sobre a implicação do locutor em relação ao conteúdo semântico. Além disso, tentamos mostrar que as diversas estruturas predicativas que, como se viu, não são sempre deriváveis da sintaxe da frase, mas são mesmo assim previsíveis a partir de certos elementos, no caso, o artigo.<sup>2</sup> É nesse sentido que se ousa falar de uma “gramática argumentativa”<sup>3</sup> de O e UM.

## 1. Os efeitos argumentativos

### 1.1 A teoria dos blocos semânticos: algumas noções

Como anunciamos, nosso objetivo nesta primeira parte será mostrar os efeitos argumentativos dos artigos O e UM. Para fazer isso, vamos situar-nos no quadro de uma semântica argumentativa, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) de Carel e Ducrot,<sup>4</sup> que considera que o sentido dos enunciados é constituído de dois tipos de entidades:<sup>5</sup> os encadeamentos e os aspectos argumentativos. Os **encadeamentos argumentativos** podem ter duas formas: podem ser “normativos”, se exprimem uma certa coerência graças a um conector do tipo de “portanto” ou de “se... então” (cf. (d)) ou “transgressivos” se exprimem uma certa oposição pela presença de um conector do tipo de *no entanto*, *apesar de* (cf. (e)).

(d) Fazia bom tempo, portanto Pedro saiu para passear.

(e) Fazia bom tempo, no entanto Pedro ficou em casa.

Quanto aos **aspectos argumentativos** (o segundo tipo de entidade presente no sentido dos enunciados) são predicados constituídos por uma ligação argumentativa particular, uma determinada estrutura argumentativa. Os encadeamentos que compartilham de sua estrutura argumentativa são considerados como exprimindo o mesmo aspecto argumentativo. Assim como os encadeamentos (d) e (f)

(d) fazia bom tempo, portanto Pedro saiu para passear.

(f) se faz bom tempo, Pedro sai para passear.

compartilham o fato de apresentar o passeio como uma espécie de consequência natural do bom tempo e/ou o bom tempo como algo que convida ao passeio, se dirá que exprimem ambos o aspecto argumentativo ao qual se atribuirá o nome bom tempo, portanto sair, em que DC (de *donc* = portanto) lembra que se trata de uma argumentação normativa. Os aspectos que representam a estrutura dos encadeamentos transgressivos terão um nome que comporta a sigla PT (de *pourtant* = no entanto).

Passemos agora à análise das palavras. A significação de um palavra é constituída de aspectos argumentativos. A significação da palavra *prudente*, por exemplo, contém, entre outros, o aspecto perigo DC tomar precauções: *Pedro é prudente* é parafraseável por *se há perigo, Pedro toma precauções*, encadeamento que exprime aquele aspecto. A significação de *imprudente* contém, por sua vez, o aspecto perigo PT não tomar precauções, porque *mesmo*

<sup>2</sup> Em Lescano (2005) propomos que a palavra  *muito* pertence a essa classe de elementos.

<sup>3</sup> Inspiramo-nos, para a utilização desse termo em Tordesillas (cf., por exemplo, Tordesillas, 2002)

<sup>4</sup> Para uma apresentação mais completa da teoria, cf Carel-Ducrot (1999a,b) ou Ducrot-Carel (2006).

<sup>5</sup> Com exceção das “frases predicados” de que se falará abaixo.

*se há perigo, Pedro não toma precauções* parafraseia *Pedro é imprudente*. Ora, num dado enunciado, uma palavra não tem sempre por função exprimir um aspecto. Primeiramente porque há palavras cuja significação não contém aspectos, mas instruções para operar sobre a significação de outras palavras. Tomemos *demais*. De acordo com Carel (1995), quando *demais* modifica uma certa classe de adjetivos, ditos “favoráveis”, sua função é de transformar o aspecto expresso pela palavra em seu “transposto”: se *Pedro é prudente* exprime o aspecto perigo DC tomar precauções, *Pedro é prudente demais* exprimirá não perigo PT tomar precauções. Mas esse não é o único modo pelo qual uma expressão pode não exprimir um aspecto. No enunciado (g):

(g) Os filhos de Maria são prudentes

a única palavra que conta, que é “importante”, para a expressão do aspecto é *prudentes*. O grupo sujeito aqui tem só um papel secundário na predicação, ele nos diz que no conjunto dos encadeamentos relacionados com o aspecto perigo DC tomar precauções, são aqueles que contêm a expressão *os filhos de Maria* que devem ser selecionados para se obter uma paráfrase argumentativa de (g), por exemplo: *se os filhos de Maria se encontram diante de um perigo, eles tomam precauções*. É desse modo que os aspectos e os encadeamentos coexistem no sentido de um enunciado: certos elementos exprimem aspectos, outros selecionam encadeamentos.

Essas noções de aspecto e de encadeamento tentam além disso captar a intuição de que certos enunciados veiculam ao mesmo tempo um “predicado” e um “juízo”. Um predicado é algo geral: bom tempo DC sair seria assim o predicado geral subjacente ao julgamento particular *fazia bom tempo, portanto Pedro saiu*. A predicação consiste então na relação de um aspecto e de um encadeamento argumentativo.

Enfim, as noções de aspecto e de encadeamento são essenciais para distinguir enunciados tais como (g) e (h):

- (g) Os filhos de Maria são prudentes
- (h) Pedro é prudente.

(h) exprime o mesmo aspecto que (g), mas evoca outros encadeamentos, a saber aqueles que contêm a palavra *Pedro*, tal como *se Pedro se encontra diante de um perigo, ele toma precauções*.

Desse modo, num dado enunciado, suas entidades podem ter ao menos uma dessas duas funções:<sup>6</sup>

- a de contribuir para a expressão de um aspecto.<sup>7</sup> Essas entidades serão chamadas **Termos Constitutivos** (cf. *prudente(s)* em (g) e (h));
- a de selecionar o encadeamento evocado. Essas entidades serão chamadas de **Termos Seletores** (cf. *os filhos de Maria* em (g) e *Pedro* em (h)).

## 1.2 Duas funções para GN: Constitutivo ou Seletor

É nesse nível que será colocado o papel do artigo: ele determinará se o GN é, como se disse, “importante para a predicação”, isto é, um Termo Constitutivo, como em (g) e (h) a palavra *prudente(s)*; ou se ele se limita a ter o papel secundário de Seletor, como em nossos exemplos, *os filhos de Maria* ou *Pedro*.<sup>8</sup>

### GN-UM = CONSTITUTIVO; GN-O = SELETOR

#### PRIMEIRO EXEMPLO

Tomemos o enunciado (1-UM), extraído de *Notre-Dame de Paris*:

(1-UM) **Uma** escada clandestina estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário. Imaginemos um narrador que descreve um teatro improvisado e que diz (1-UM).

De acordo com nossa interpretação, o aspecto argumentativo expresso assinala o modo como se estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário. Esse aspecto será denominado escada DC comunicação, porque aqui a presença de uma escada tem como efeito direto a comunicação entre dois lugares e, ao mesmo tempo, ela estabelece o “modo” dessa comunicação: trata-se de uma comunicação graças a uma escada. Se se trocasse *escada* por *porta*, se teria um outro tipo de comunicação entre os dois lugares do teatro improvisado, expresso através do aspecto porta DC comunicação. Vê-se, então, que o grupo nominal sujeito é “importante” na construção da predicação: a palavra *escada* – como a palavra *comunicação*, da qual nos ocuparemos abaixo – em (1-UM) tem a função de Termo Constitutivo, ele contribui para a expressão do aspecto. O encadeamento evocado poderia ser *havia uma escada, portanto o palco e o vestiário se comunicavam*.

Analisemos agora o mesmo enunciado, mas desta vez com O:

(1-O) A escada estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário.

Nesse enunciado o que conta é o fato de que o palco e o vestiário se comunicavam, o fato de que, apesar

<sup>6</sup> Nessa classificação faz-se abstração das funções que não dizem respeito a este trabalho, como os operadores (*demais*) e outros (cf. Ducrot, 2002), mas também daquela que teria o próprio artigo, que é o objeto deste estudo.

<sup>7</sup> Tecnicamente, a função dos Termos Constitutivos é de participar na expressão do “bloco semântico”. Mas, como essa noção não está introduzida em nosso texto, será mantida a ideia de que os Termos Constitutivos participam da expressão dos aspectos, que são finalmente um modo de apreender o bloco.

<sup>8</sup> Os tipos de função que um elemento pode ter num enunciado não se limitam à dicotomia Termo Constitutivo/Seletor. Na realidade, o que nos interessa é a oposição Termo Constitutivo/Resto das funções. Mas, por uma preocupação com a simplicidade, tomemos o caso de Seletor como o caso-tipo das funções distintas da de Termo Constitutivo.

de sua independência, eles estavam unidos, o que vou colocar dizendo que o enunciado exprime o aspecto serem distintos PT estar unidos. Como esse aspecto é associado linguisticamente à palavra *comunicação*, seria então veiculado pela palavra *comunicação* sozinha. Vê-se que o GN sujeito não determina de modo algum a formação do aspecto argumentativo expresso por (10). O GN *a escada* pode aparecer em compensação no encadeamento evocado: *o palco e o vestiário eram distintos, no entanto eles eram unidos por uma escada*.

NB.: Comparando-se nossa análise de (1-UM) e a que acabamos de fazer de (1-O), poderiam fazer-nos uma objeção muito forte. De fato, se poderia nesse ponto, e com razão, criticar-nos de termos feito duas coisas diferentes numa e noutra análise dos dois enunciados. Em (1-UM) se disse que *escada* é um Termo Constitutivo, o que é bastante evidente pelo fato de que a palavra *escada* se acha materialmente no substantivo do aspecto expresso, *escada DC comunicação*. Mas em (1-O) que exprime seres distintos PT seres unidos, se disse que *comunicação* é um Termo Constitutivo. A objeção consiste em dizer que se *escada* aparece materialmente no substantivo do aspecto que ele deve ajudar a exprimir, *comunicação* não aparece no aspecto que ele exprime. Faríamos assim um emprego amplo demais, enfim ambíguo da noção de Termo Constitutivo.

Para responder a essa objeção eventual, devemos introduzir mais uma distinção feita pela Teoria dos Blocos Semânticos: aquela entre **argumentação externa** e **argumentação interna** das expressões (cf. Carel, 2001). Fazem parte da argumentação externa de uma expressão os aspectos nos quais essa expressão aparece materialmente. Assim, o aspecto escada, portanto comunicação pertence à argumentação externa da palavra *escada* e à de *comunicação*. A argumentação interna de uma expressão contém em compensação os aspectos que são uma paráfrase argumentativa dessa expressão, e que, consequentemente, não a contém enquanto segmento: distintos PT unidos pertence à argumentação interna de *comunicação*. Esses dois tipos de argumentações têm o mesmo estatuto semântico: não há uma que seja mais “linguística” e outra que seja mais “contextual”. Argumentação interna e externa pertencem, de igual modo, à significação de uma palavra ou ao sentido de um enunciado.

Neste trabalho, faremos abstração dessa distinção. Em nossa hipótese, a palavra Termo Constitutivo compreende esses dois modos de um elemento exprimir um aspecto (por argumentação interna ou externa).

Outro argumento para sustentar esta análise. Comparemos (i) e (ii):

- (i)? Estávamos salvos. Uma escada frágil estabelecia a comunicação.
- (ii) Estávamos salvos. A escada frágil estabelecia a comunicação.

É preciso aceitar pelo menos que nos sentimos mais “salvos” com (ii) do que com (i). Para nós, a estranheza de (i) vem do fato de que o GS exprime um aspecto incompatível com *estávamos salvos*. Esse aspecto pode vir de *frágil* ou de uma operação de desrealização efetuada por *frágil* sobre *escada* que faria dela uma *escada pouca*. (ii) não apresenta por outro lado problemas porque o que conta aí é o fato de que havia comunicação, e pelo menos no primeiro plano não se trata de fragilidade.

O que manteremos dessa comparação é que em (1-UM), o GN intervém na construção do aspecto argumentativo e em (1-O) o GN não intervém, ele é só um Seletor. É essa conclusão que será generalizada assim:

## HIPÓTESE ARGUMENTATIVA

### UM faz do GN um Termo Constitutivo.

### O faz do GN um Termo Seletor.

Antes de analisar mais um exemplo, detenhamo-nos um pouco nos outros GN de (1): tem-se inicialmente a *comunicação* na expressão *estabelecia a comunicação*. De acordo com a hipótese argumentativa, a palavra *comunicação* faz parte de um GN-O Constitutivo. Ora, da interpretação de (1-UM), como na de (1-O), o aspecto expresso depende da palavra *comunicação*, que faz parte justamente de um GN-O. Vamos simplesmente assumir, por falta de algo melhor, que os GN que fazem parte de expressões verbais tais como *estabelecer a comunicação*, *começar uma discussão*, *tomar a palavra* devem ser estudados no quadro das expressões verbais e não no quadro dos GN como no presente trabalho. Não nos pronunciaremos, portanto, aqui sobre seu papel, que fica, é claro, por ser estudado. Em relação aos dois outros GN-O (isto é, *o palco*, *o vestiário*) se verificará facilmente que eles respeitam a hipótese argumentativa em (1-UM) como em (1-O).

## GN-UM = CONSTITUTIVO; GN-O = SELETOR

### SEGUNDO EXEMPLO

Vejamos agora um segundo exemplo que ilustra o fenômeno que acabamos de apresentar.

(2-UN) **Uma** tempestade varreu neste final de semana a Europa do Norte, fazendo quatorze mortos na Dinamarca, na Suécia e na Grã-Bretanha.

Aqui, o fato de que houve vítimas é apresentado como uma espécie de consequência natural do fato de que houve uma tempestade. Pode-se até mesmo supor que o aspecto argumentativo expresso existe, na língua, associado à palavra *tempestade* sob a forma: tempestade DC vítimas. Nesse caso, o grupo verbal, em particular a expressão *fazendo quatorze mortos* intervém como uma espécie de especificação do segundo segmento do

aspecto, mas o grupo sujeito *uma tempestade* intervém completamente nessa operação. Dizendo-se:

(2-UM') Uma chuvinha varreu neste final de semana a Europa do Norte fazendo quatorze mortos na Dinamarca, na Suécia e na Grã-Bretanha

inicialmente sente-se uma certa estranheza que está em relação com a combinação de *chuvinha* e do GV. Mas aceitando-se o enunciado, um elo se estabelece com *no entanto: era (somente) uma chuvinha, no entanto ela varreu a Europa do Norte fazendo vítimas*, o GN intervindo na construção do aspecto, bem como *uma tempestade*<sup>9</sup> em (2-UM).

Tomemos então o enunciado com O:

(2-O) A tempestade varreu nesta semana a Europa do Norte fazendo quatorze mortos na Dinamarca, na Suécia e na Grã-Bretanha.

Aqui a interpretação diz respeito ao verbo *varrer*: o que varre não deixa nada, e é isso que se diz: a tempestade varreu, portanto ela fez vítimas. Se dizemos *a tempestade se aproximou da Europa do Norte, fazendo quatorze mortos*, sente-se que é apesar do fato de que ela apenas se aproximou que a tempestade fez vítimas. Enquanto se, nesse enunciado, coloca-se um grupo sujeito com o artigo UM: *uma tempestade aproximou-se da Europa do Norte, fazendo quatorze mortos*, vê-se que o aspecto expresso é o mesmo que aquele de (2-UM): houve vítimas porque houve uma tempestade.

Constata-se assim mais uma vez que o artigo UM leva a fazer do grupo nominal sujeito um “construtor” do aspecto argumentativo, um Termo Constitutivo, enquanto o artigo O faz dele apenas um Seletor, elemento secundário da predicação.

## 2 O problema das qualificações e sua solução polifônica

### 2.1 Dois problemas

PRIMEIRO PROBLEMA:

(3-O) CONTRADIZ A HIPÓTESE PARA OS GN-O

Agora, acontece que certos enunciados parecem contradizer o que se acaba de propor para os GN em O. O caso mais frequente é o dos enunciados com GN que comportam o que se chamará “qualificações”, adjetivos como “bonito”, que conduziriam a uma certa valorização axiológica.

Em um livro de História da Idade Média se poderia encontrar (3-O):

(3-O) O fato político fundamental nessa época é a imersão da realeza franca no episcopado.

É inegável que aqui *a imersão da realeza franca no episcopado* é qualificada como *fato político fundamental*.

Em outros termos, o GN-O não pode ser interpretado, como prevê nossa hipótese, como simples Seletor: ele é realmente um Termo Constitutivo. Esse enunciado exprime, entre outros, o aspecto ser fato político fundamental em uma época, portanto ter efeitos sobre a época X e evoca o encadeamento *a imersão da realeza franca no episcopado é o fato político fundamental nessa época, portanto teve efeito sobre essa época*. É portanto evidente que, contrariamente à nossa hipótese sobre O, o aspecto proposta “depende” do GN-O.

SEGUNDO PROBLEMA:

(3-O) e (3-UM) RECEBEM A MESMA DESCRIÇÃO

Mas antes de tentar uma explicação, olhemos (3-UM), encontrado efetivamente em *Le Moyen Age* de Duby:

(3-UM) Um fato político fundamental nessa época é a imersão da realeza franca no episcopado.

Ao que parece, (3-UM) exprime o mesmo aspecto e evoca o mesmo encadeamento que (3-O). Temos, então, um segundo problema para resolver: não somente (3-O) não respeita a hipótese que fizemos para os GN-O, mas, se nos limitamos a olhar a predicação construída por (3-UM) e (3-O), seus sentidos não podem ser diferenciados. Essas duas questões serão resolvidas com a ajuda da teoria da polifonia de Ducrot.

### 2.2 A incorporação do ângulo polifônico

**O enunciador de um aspecto oriundo de um GN-UM é o locutor; o enunciador de um aspecto oriundo de um GN-O não é o locutor.**

De fato, o que parece decisivo no contraste entre (3-O) e (3-UM) é que neste último a qualificação da imersão da realeza no episcopado como *fato político fundamental* é apresentada como próprio do locutor, enquanto em (3-O) o locutor não se apresenta como o responsável por essa qualificação. Mais concretamente, utilizando a terminologia da teoria da polifonia,<sup>10</sup> diremos que, em (3-UM) L põe em cena um enunciador ao qual se assimila (assimilação que se indicará como “E[L]”) e ao qual ele associa o conteúdo semântico, a predicação, que ele assume:

L → assume → E[L]: ser fato político fundamental em uma época X DC ter efeitos sobre a época X.

[a imersão da realeza franca no episcopado é o fato político fundamental nessa época portanto teve efeitos sobre essa época]

<sup>9</sup> A expressão de outros aspectos (como *varrer DC fazer vítimas*) é talvez também possível, mas o que nos interessa é que o aspecto que liga o grupo sujeito ao grupo nominal é obrigatório.

<sup>10</sup> Cf. Ducrot, 2001; Ducrot e Carel, 2006.

Se o locutor de (3-O) apresenta também uma atitude de assumir, ele não se mostra como estando na origem da predicação, em outros termos, o enunciador não é assimilado ao locutor ( $E[\neq L]$ ):

$L \rightarrow$  assume  $\rightarrow E[\neq L]$ : ser fato político fundamental em uma época X DC ter efeitos sobre a época X

[a imersão da realeza franca no episcopado é o fato político fundamental nessa época, portanto ela teve efeitos sobre essa época]

Essas observações podem ser generalizadas nessa primeira abordagem da questão polifônica do artigo:

- UM indica que L se assimila ao enunciador associado ao aspecto para a expressão do qual o GN contribui.
- O, em um GN que é Termo Constitutivo, indica que L não se assimila ao enunciador associado ao aspecto para a expressão do qual o GN contribui.

Resumamos. Fizemos a hipótese de que a presença de O fazia do GN um Seletor, e mostramos em seguida que essa hipótese não é verificada em todos os enunciados. Acabamos de analisar em particular (3-O), cujo GN em O deve ser interpretado como Termo Constitutivo. Encontramo-nos, portanto, diante de dois problemas: (i) a contradição entre nossa descrição de (3-O) e a hipótese para O; e (ii) a distinção de (3-UM) e (3-O) que apresentam ambos a expressão do mesmo aspecto e a evocação do mesmo encadeamento.

A solução de (ii) é postular que esses enunciados devem ser distintos por suas propriedades polifônicas, postulado que, mediante sua generalização, nos permitirá resolver (i). De fato, a única diferença interpretativa entre (3-UM) e (3-O) é a assimilação do enunciador associado ao conteúdo semântico. Nesses casos, quando o GN contribui para a expressão de um conteúdo, a questão pertinente será “quem está colocado na origem do conteúdo para cuja expressão o GN contribui?”. Nossa resposta para (3-UM) é que o enunciador associado a esse conteúdo é assimilado ao locutor, enquanto para (3-O) é um ser discursivo diferente do locutor”. Mas como esse novo postulado elimina a contradição entre nossa descrição de (3-O) e nossa hipótese sobre O?

Sabe-se agora que se têm dois grupos de enunciados com GN em O: aqueles nos quais o GN é Constitutivo (cf. 3-O) e aqueles nos quais o GN é Seletor (cf. 1-O, 2-O). A introdução da polifonia põe em evidência que há condições para que uma ou outra dessas duas funções seja preenchida pelo GN: um GN em O será Constitutivo se o enunciador ao qual o conteúdo semântico é associado não é assimilado ao locutor.

Não se dirá nada positivo sobre a assimilação do locutor quanto a (3-O)? Temos razões para crer que o

enunciador de (3-O) é assimilado ao que Berrendonner chama “o fantasma da realidade”<sup>11</sup> No entanto, o que quer que se diga da assimilação positiva desse enunciador, o que nos interessa aqui é que ele não é assimilado ao locutor.

Se a hipótese para O deve ser modificada, a que se fez para UM, em compensação, permanece válida de momento: (3-UM) não coloca contradição no que lhe diz respeito porque, como ela prevê, seu GN-UM é um Termo Constitutivo.

Ilustremos essas observações com outro exemplo que analisaremos brevemente antes de reformular a hipótese sobre O. Trata-se daquela exclamação feita por M. de Rênal em *Le Rouge et le Noir*:

(4-UM) Ser obrigado a contar com **um** miserável operário que banca o insolente, eis onde chegamos!

Se é difícil ver nas palavras insultantes (do GN-UM) de M. de Rênal outro responsável que não ele mesmo, o que acontece com (4-O)?

(4-O) Ser obrigado a contar com **o** miserável operário que banca o insolente, eis onde chegamos!

Aqui é como se ele retomasse as palavras de outro; tem-se até mesmo a impressão de que se poderia pôr aspas em torno do GN: *Ser obrigado a contar com “o miserável operário que banca o insolente”, eis onde chegamos!* O GN torna-se uma espécie de substantivo que contém por outro lado uma qualificação.

Diante dessas análises devemos reformular nossa hipótese, sobretudo no que diz respeito a O, para o qual se é forçado a postular uma hipótese com opções.

UM faz do GN um Termo Constitutivo. O aspecto para a expressão do qual ele contribui é assimilado ao locutor.

O faz do GN:

- ou um Seletor (cf. 1-O, 2-O);
- ou um Termo Constitutivo para a expressão de um aspecto associado a um enunciador não assimilado ao locutor (cf., 3-O, 4-O).

Mas essa nova formulação acarreta novos problemas, e desta vez para os dois artigos.

### **Problemas para UM: quando o enunciador não é assimilado ao locutor. O caso da Focalização interna.**

Se para (1-UM),(3-UM) e (4-UM), a hipótese de que o enunciador associado ao aspecto expresso é assimilado ao locutor não é difícil manter, com (2-UM) não acontece o mesmo.

<sup>11</sup> Fazemos, no entanto, um emprego pessoal dessa noção de “fantasma da realidade”: se para Berrendonner ele é agente verificador da verdade universal, ou a verdade, sem mais, para nós ele é um “ser discursivo”, do mesmo modo que o locutor ou “a gente” (em francês: “on”), aos quais é possível assimilar enunciadores que o locutor mostra como responsáveis pelos conteúdos veiculados pelo enunciado.

(2-UM) **Uma** tempestade varreu neste final de semana a Europa do Norte, fazendo quatorze mortos na Dinamarca, na Suécia e na Grã-Bretanha,

E isso provém do fato de que os enunciados da imprensa não parecem completamente *ditos* pelo seus locutores. De fato, é difícil ver como o sujeito falante identificado ao locutor de (2-UM) construiria seu *ethos* com o encadeamento *houve uma tempestade, portanto houve vítimas*, ou como ele poderia estar na origem, já que cabe a ele justamente “transmitir” informação. Parece-nos, sobre isso, importante trazer aqui a distinção de Ducrot entre locutor como tal (L), locutor como sujeito do mundo ( $\lambda$ ), e sujeito falante. Nos artigos da imprensa, principalmente nas crônicas policiais, cremos que L não deve ser assimilado a  $\lambda$  nem ao sujeito falante-jornalista, que não estão presentes nos enunciados (sem marcas de primeira pessoa). O que, em compensação, está presente no enunciado é, mais uma vez, a “realidade” (o “fantasma”): o jornalista desaparece em benefício da voz da realidade que toma todas as responsabilidades (salvo indicação contrária: cf. *segundo X*) e que será, portanto, aquele a que o locutor será assimilado. Os artigos de imprensa (da seção crônica policial) apresentariam portanto essa particularidade de que o locutor (a não os enunciadores ou pontos de vista internos ao enunciado) é assimilado ao fantasma da realidade. O locutor de (2-UM), assimilado ao Fantasma, põe em cena um enunciador ao qual ele, locutor, se assimila, e será a esse enunciador assimilado ao locutor, tal como foi previsto por nossa hipótese sobre UM, que será necessário atribuir os aspectos expressos com a ajuda dos GN em UM.

Mas há algo pior. Em:

(5) {Pedro me disse: “+ Pedro diz qu’ + Segundo Pedro} uma moça muito bonita estava te procurando esta manhã

é a Pedro que se deve atribuir a qualificação da moça (e não ao locutor). Nesses casos, nossa hipótese sobre UM não é respeitada se mantivermos a forma:

UM faz do GN um Termo Constitutivo associado a um enunciador assimilado ao locutor.

Mas pode-se facilmente ver que o responsável pelo aspecto expresso (ou, se preferirmos, de “qualificação”) em todos esses casos, se não é o locutor, é o “locutor original” das palavras, já que no discurso relatado tem-se justamente um locutor que relata ou que retoma as palavras de um “locutor outro”, que está na origem da qualificação. Poderíamos dizer então que, se há um locutor do qual se relata ou se retoma as palavras, o aspecto que depende do GN em UM lhe será atribuído. Ora, o problema subsiste em casos em que não há estritamente “relato de discurso”:

(6) James Bond percebeu **um** homem de uns cinquenta anos de aparência ainda jovem.

O locutor não relata um discurso mas uma “percepção” de Bond. Não se pode então dizer que Bond é um “locutor original”. Poderíamos certamente fazer extrapolar ao domínio do discurso cotidiano a afirmação de Genette segundo a qual, na convenção romanesca, toda percepção ou pensamento é apenas discurso, e dizer-se assim que James Bond é finalmente apenas um “locutor original” do qual transpomos as palavras. Mas não iremos tão longe. Concordaremos que James Bond não é um locutor no sentido estrito. É preciso portanto reconhecer que, ao menos numa leitura possível, o julgamento é *um homem de uns cinquenta anos, no entanto tem uma aparência ainda jovem* é atribuído a um ser discursivo (James Bond) que não é “locutor” (original ou não). É um caso típico do que Genette (1972) chamou de “focalização interna” – o exemplo é o dele – que consiste, a grosso modo, em restringir o campo de percepção, ou, dito de outro modo, em escolher dizer as coisas adotando o ponto de vista de uma personagem. Diremos que quando um enunciado é “focalizado” nesse sentido, o aspecto para a expressão do qual contribui o GN-UM deve ser atribuído ao “focalizador”. Dito de outro modo, se o aspecto construído com a ajuda do GN-UM não é associado a um E[L], é porque estamos num caso de focalização interna, caso em que o enunciador desse aspecto é assimilado ao focalizador.

Permanece o problema de determinar qual é a especificidade da categoria “focalizador” no esquema polifônico. É a mesma coisa que um enunciador (o que dá a entender Ducrot; e que Rabatel propõe, chamando-os às vezes de “enunciadores-focalizadores”)? É um tipo específico de enunciador? A questão permanece aberta e não é sem interesse.

Acentuemos enfim que essas breves observações sobre a interação entre focalização e UM aliam-se de certa forma às análises dos “referentes evolutivos” do modo como são conduzidas principalmente por Rabatel (cf. Rabatel, 2004).

### Um problema para O: O assassino de Smith

Outra objeção que poderiam nos fazer é de que a dupla possibilidade de interpretação de um GN em O que foi proposta decorre da distinção entre leitura atributiva e leitura referencial de Donnellan (1966): o GN Constitutivo seria lido *atributivamente*, enquanto o GN Seletor seria lido *referencialmente*. Em outras palavras, quando propomos para um enunciado uma leitura em que o sujeito intervém na predicação, se trataria simplesmente de um caso de *leitura atributiva* e quando não fazemos intervir o GN, se trataria de uma leitura referencial. Mas essa aproximação do GN Constitutivo à leitura atributiva e do GN Seletor à leitura referencial, não é sem problemas. Voltemos a (3-O).

(3-O) O fato político fundamental nesta época é a imersão da realeza franca no episcopado.

O GN sujeito desse enunciado é, para nós, Constitutivo. Segundo a aproximação que tentamos abolir, seria lido *atributivamente*, e se deveria com isso parafrasear o enunciado com um discurso como (7):

- (7) O fato político fundamental nessa época, qualquer que seja esse fato, é a imersão da realeza franca no episcopado.

Ou até mesmo segundo Ducrot (1972), retomado por Kleiber (1981), a paráfrase (8) deveria ser possível:

- (8) O fato político fundamental, como tal, é a imersão da realeza franca no episcopado.

Ora nem uma nem outra dessas paráfrases funciona. Nem (7) nem (8) parafraseiam (3-O). A noção de leitura atributiva não parece, pois, convir ao enunciado em questão, cujo grupo sujeito intervém na predicação. A objeção fica, portanto, enfraquecida: a função de Termo Constitutivo que postulamos para certos GN-O não decorre do fato de que esse GN é lido atributivamente.

Entretanto, essa constatação não basta para nos desembaraçarmos completamente do assassino de Smith: o exemplo clássico não verifica nossa hipótese.

- (9) O assassino de Smith é louco.

Lido atributivamente, (9) pode exprimir um aspecto argumentativo como (10):

- (10) ser louco DC ter assassinado Smith

que daria conta de discursos como *é preciso ser louco para ter assassinado Smith*, que poderia ser dele uma paráfrase. No que isso é problemático? Nós tínhamos feito a previsão que se um GN com O é Constitutivo (como é o caso de *o assassino de Smith* em (9)), o aspecto deve ser associado a um enunciador “diferente” do locutor, e aqui é só ao locutor que se pode atribuir esse aspecto. Nossa análise de (9) contradiz explicitamente nossa hipótese sobre O.

Mas mantendo-se a metodologia que apresentamos, perceberemos que (9) apresenta uma propriedade que nenhuma das outras frases de que se fez a análise tinha: ele não contém Seletores: não há nenhum elemento que possa selecionar um encadeamento associado ao aspecto (9). Admitindo-se um encadeamento como *ele é louco, portanto ele assassinou Smith* como paráfrase de (9), ele não é, na realidade, selecionado por nenhum elemento de (9). Por outro lado, *X é louco, portanto X assassinou Smith*, que poderia convir, não é um discurso possível. Carel (2005) chama esse tipo de frases, que exprimem um *predicado*, isto é, um aspecto, sem que haja ao mesmo tempo construção de um *juízo* particular, isto é, evocação de um encadeamento argumentativo, **frases predicadas**. Segundo essa autora, certas frases genéricas, como *os gatos são animais*, pertencem a essa classe, porque exprimem um aspecto sem evocar por elas

mesmas um encadeamento argumentativo, que pode ser eventualmente fornecido por outro enunciado. Cremos que *o assassino de Smith é louco* é uma frase predicado nesse sentido.

Nossa “solução” ao problema que coloca (9) consistirá, portanto, em dizer que não há dois mas três tipos de interpretações possíveis para um GN em O: se tínhamos proposto uma leitura como Seletor e uma como Constitutivo que exprime um aspecto associado a um enunciador não assimilado ao locutor, agora será necessário acrescentar uma outra, a do “Termo em uma frase predicado”.

### Mais um problema: a objeção da familiaridade

Poderiam ainda nos fazer a crítica seguinte:<sup>12</sup> uma tese como a de Heim (1988), segundo a qual o GN-UM denota um objeto “novo”, ainda não introduzido (no “fichário”), e o GN-O denota um objeto já introduzido ou “familiar”, explicaria os fenômenos dos quais nos ocupamos. De fato, em (1-O):

- (1-O) A escada estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário.

*a escada* poderia ser impedida de ser Termo Constitutivo porque o fato de que ele denota um objeto conhecido impede que ele contribua para a construção do *propósito* (nosso “aspecto”). E em (1-UM):

- (1-UM) Uma escada estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário,

a palavra *escada* é Constitutiva porque, como introdutor de objeto novo, ela participa do propósito, e é associada a um E[L] porque justamente o locutor deve forçosamente engajar-se nessa introdução.

Situemo-nos portanto no contexto de quem faz a objeção, e tomemos mais uma vez nosso enunciado (3-O):

- (3-O) O fato político fundamental nessa época é a imersão da realeza franca no episcopado.

Cremos primeiramente que, nem mesmo no contexto de uma semântica baseada na ideia de referência, é racional postular que o GN-O *o fato político fundamental* denota um objeto “fato político fundamental”. Esse GN só pode ser analisado “predicativamente”, se preferirmos, como “conceito” fregeano,<sup>13</sup> em relação a *a imersão franca no episcopado*, que poderia, no limite, denotar um objeto (de natureza aliás bastante duvidosa).

<sup>12</sup> Agradecemos as observações que nos foram feitas por Lídia Fraczak e Franck Lebas quando dos 4<sup>o</sup> *Rencontres de Sémantique et Pragmatique*, que na realidade colocaram a questão em termos de pressuposto de existência. Nossa reformulação em termos da teoria da familiaridade visa tornar a crítica ainda mais forte.

<sup>13</sup> Frege postula que os GN-UM, mesmo em posição de sujeito, são predicados (cf. Frege “Concept et objet”: p. 130). Dizemos aqui que, nesse contexto, *o fato político fundamental* de (3-O) deveria receber a mesma interpretação que um GN-UM ordinário.

Mas a pessoa que nos faz objeção, se ela é suficientemente obstinada, poderia sustentar que esse GN denota de fato essa estranheza de objeto “fato político fundamental”. Ela poderia dizer, além disso, que esse objeto é “familiar” ou “conhecido”? Creemos que não. O discurso do historiador que enuncia não faz alusão a um conhecimento anterior sobre a Idade Média, e com *o fato político fundamental* ele também não faz alusão a uma entidade, qualquer que ela seja, já introduzida no discurso. Os GN-O que são os Termos Constitutivos de aspectos não assimilados ao locutor não se enquadram, portanto, no domínio da *familiaridade*; essa noção não dá conta disso.

O outro GN-O do enunciado, *a imersão da realidade* ... parece, de outro lado, mais propício à crítica que estamos contestando. Pelo menos é mais fácil de sustentar que esse GN denota um objeto. Ora, esse objeto não é mais familiar do que *o fato político*: o objetivo do discurso (3-O) é, justamente, de “introduzi-lo”, como sendo o papel que Heim atribui ao GN-UM.

Assim, vê-se que, mesmo em termos puramente referenciais, a tese da familiaridade não permite dar conta dos fenômenos que tratamos, e não poderia consequentemente estar na base das interpretações que postulamos para os GN-O/UM.

## Conclusão

Nós quisemos dar conta dos efeitos argumentativos e polifônicos de O e UM a partir de diferenças na interpretação de frases particulares que associamos à variação do artigo.

No que diz respeito a O, distinguimos três possibilidades interpretativas:

O faz do GN:

(i) um Seletor [cf. *A escada em (1-O)*]

ou:

(ii) um Termo Constitutivo

A) cujo aspecto para a expressão do qual ele contribui é associado a um enunciador não assimilado ao locutor [cf. *O fato político fundamental nessa época em (3-O)*].

B) de uma “frase predicado” [cf. *O assassino de Smith* na sua leitura “atributiva” em (9)].

Apesar de suas diferenças, gostaríamos de enfatizar o que essas possibilidades de interpretação têm em comum: elas constituem modos diferentes de pôr uma certa distância entre o locutor e o conteúdo do GN (não fazendo intervir o GN no predicado, não assimilando o enunciador ao locutor, não construindo julgamento) e é nisso que O se oporia fundamentalmente a UM, que faz do GN um elemento expressivo e em relação ao qual o locutor só pode implicar-se, a não ser em presença de um focalizador, a quem o locutor cede por definição o lugar

da expressividade. Repete-se a hipótese para UM, com a incorporação da focalização interna:

### Hipótese para UM

UM faz do GN um Termo Constitutivo cujo aspecto para a expressão do qual ele contribui é associado

- ou a um enunciador assimilado ao locutor;
- ou, se há, ao focalizador.

Não somos capazes de momento de alargar nossas hipóteses para permitir explicar qualquer emprego de O ou de UM. Por exemplo, as enumerações com GN-UM e os insultos em GN-O (cf. *o imbecil!*) permanecem ainda problemas a serem resolvidos. Mas sabe-se que a incompletude não é forçosamente um mau sinal.

Durante o percurso, encontramos respostas satisfatórias para algumas objeções virtuais e reais:

- o enunciador do conteúdo de alguns enunciados em UM não é assimilado ao locutor;
- a distinção “leitura atributiva/leitura referencial” explica a distinção “Termo Seletor” para um GN-O;
- nossas hipóteses são deriváveis da tese da familiaridade.

Fixemo-nos um instante na questão das objeções. Além da crítica da incompletude de que falávamos há pouco, pode-se criticar em uma explicação sua incoerência interna, ou suas previsões errôneas. Não se pode acusar um modelo de não dar conta dos “fatos” que ele não aceita em seu “input”: não se tem o direito de acusar Russell ou a semântica formal de nada dizer sobre a assimilação dos enunciadores. Eis por que não consideramos nem mesmo que nos objetem que nossas hipóteses não explicam as restrições sobre os objetos denotados que impõem os artigos estudados, como a que diria respeito à unicidade do referente. Cada teoria se coloca as questões que ela tentará resolver. Primeiramente, o estabelecimento das questões a resolver – as “hipóteses externas” de Ducrot (1984) – é puramente ideológico e por definição incontestável – se poderá só qualificá-las como interessantes ou não interessantes, mas não se poderá dizer que elas são “falsas”. É o modo de responder a essas questões – as “hipóteses internas” – que deve ser o objeto dos comentários e dos debates.

Em termos gerais, este trabalho se propôs mostrar que é possível construir uma descrição do efeito do artigo sobre o sentido dos enunciados sem levar em conta a noção de verdade ou de referência. Mais particularmente, interessa-nos mostrar que há marcas no nível gramatical que dão indicações sobre a estrutura argumentativa do sentido dos enunciados. Isto é que, para nós, o artigo colaboraria, com base na interpretação, para a criação de restrições para a expressão dos discursos argumentativos e para a configuração do esquema polifônico associado a um enunciado. É o que nos permite pensar na possibilidade de

uma “gramática argumentativa” do artigo. Utilizamos a palavra “argumentativo”, terão notado, como abreviação de “argumentativo e polifônico”. Que isso não esconda que argumentação e polifonia linguísticas são igualmente os componentes de base da semântica que defendemos.

## Referências

- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1982.
- CAREL, M. *Trop: argumentation interne, argumentation externe et positivité*. In ANSCOMBRE, J.-C. (Org.). *Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995. p. 177-206.
- CAREL, M. Prédication et argumentation. In: FORSGREN, Mats; JONASSON, Kerstin; KRONNING, Hans (Org.). Prédication, assertion, information. *Acta Universitatis Upsaliensis*. Uppsala, 1998. p. 93-103.
- CAREL, M. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. *Langages*, n. 142, p. 10-21, 2001.
- CAREL, M. Argumentation interne aux énoncés. *Revue de Sémantique et de Pragmatique*, v. 11, p. 101-119, 2002.
- CAREL, M. Attitudes ou contenus?: la construction du sens des énoncés. *Revue Romane* v. 40, n. 1, p. 79-97, 2005.
- CAREL, M.; DUCROT, O. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. In: GALATANU, O.; GOUVARD, J.M. (Org.). *Langue Française*, n. 123, p. 6-26, 1999.
- DONNELLAN, K. Reference and definite descriptions. In: *The Philosophical Review*, v. LXXV, p. 281-329, 1966.
- DUCROT, O. Référence. In DUCROT, O, TODOROV, T. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- DUCROT, O. Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, v. 24, n. 1-2, p. 145-165, 1995.
- DUCROT, O. Quelques raisons de distinguer “locuteurs” et “énonciateurs”. *Polyphonie linguistique et littéraire*, Aarhus, n. 3, p. 20-41, 2001.
- DUCROT, O. Les internalisateurs. In: ANDERSEN, Hanna Leth; NÖLKE, Henning (Org.). *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne: Peter Lang, 2002. p. 301-322.
- DUCROT, O.; CAREL, M. Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation. In PERRIN, L. (Org.). Le sens et ses voix. Dialogisme et polyphonie en langue et en discours. *Recherches Linguistiques*. Metz: Université Paul Verlaine, n. 28, p. 215-242, 2006.
- FREGE, G. Concept et objet. In: *Écrits logiques et philosophiques*. Paris: Seuil, 1971 [1892]. p. 127-141.
- GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- KLEIBER, G. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.
- LESCANO, A.M. Lorsque *très* ne renforce pas, Le cas des adjectifs épithètes qualificatifs et relationnels. *Revue Romane*, n. 40-41, p. 101-114, 2005.
- LESCANO, A.M. Pour une étude du ton. In: BIRKELUND, M.; NÖLKE, H.; THERKELSEN, R. (Org.). *Langue Française*. (no prelo)
- NÖLKE, H. *Le regard du locuteur*, 2. Paris: Kimé, 2001.
- RABATEL, A. Quand voir c’est (faire) penser. Motivation des chaînes anaphoriques et point de vue. In: Les figures de la lecture et du lecteur. *Cahiers de Narratologie*, n. 11, p. 1-13, 2004.
- RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v. 14, p. 479-493, 1905.
- TORDESILLAS, M. Semántica y gramática argumentativas. In: ARNOUX, E.; GARCÍA-NEGRONI, M.M. (Org.). *Homenaje a Ducrot*. Buenos Aires: Eudeba, 2002. p. 337-358.

École des Hautes Études en Sciences Sociales  
15, rue des Lois  
31000 – Toulouse – França

Recebido: 12-10-08  
Aprovado: 04-12-08